

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020**  
(Do Sr. MARCELO CALERO)

Requer ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, informações sobre as mudanças de seis superintendentes regionais e diversos outros cargos da administração, coordenação e diretorias da Polícia Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, sobre a mudança de seis superintendentes regionais e diversos outros cargos da administração, coordenação e diretorias da Polícia Federal (PF), nos seguintes termos:

1. Quais são as razões que justificam a mudança de seis superintendentes regionais e diversos outros cargos da administração, coordenação e diretorias da Polícia Federal (PF)? Existe algum embasamento técnico/legal para as alterações? Se positivo, solicitamos uma cópia.
2. Quando foi tomada a decisão de realizar as mudanças de diretorias da Polícia Federal? Quem foram os responsáveis por essa decisão?

**JUSTIFICAÇÃO**

Conforme noticiado pela imprensa, o Ministério da Justiça e Segurança Pública efetivou a troca na Polícia Federal (PF) com a mudança de seis superintendentes regionais e centenas de outros cargos da administração, coordenação e diretorias da PF (GGN, 26/05/2020)<sup>1</sup>.

Foram publicadas 99 portarias, contendo em cada uma delas desde 1 até 50 nomeações em uma única portaria. Foram 16 páginas do

<sup>1</sup> <https://jornalggn.com.br/gestao-publica/devassa-ministerio-da-justica-modifica-centenas-de-cargos-e-diretorias-da-pf/>

diário oficial extra dedicadas à alteração da Polícia Federal em diversos setores e estados. Os novos nomes foram assinados pelo secretário-executivo do Ministério da Justiça, Tercio Issami, pela diretora de Gestão de Pessoal da PF, Cecília Silva Franco, e pelo próprio diretor da PF nomeado pelo presidente Bolsonaro, Rolando Alexandre de Souza.

Vale lembrar que Rolando assumiu o cargo após a demissão de Maurício Valeixo, braço-direito do ex-ministro da Justiça, Sergio Moro, e foi o motivo do conflito de que hoje é inquérito contra o presidente Jair Bolsonaro: a interferência política do mandatário na corporação para atender interesses pessoais.

Diante de tais questões, preocupa-nos que as mudanças possam representar alguma interferência nas investigações conduzidas pela PF e/ou coloquem em tela de juízo sua reputação perante a sociedade brasileira.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informação para a obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de modo eficiente.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2020.

Deputado **MARCELO CALERO**

